

Ibovespa cai e renova mínima em 11 meses após Copom; índice futuro amplia perdas no after market

O Ibovespa enfrentou mais uma sessão de volatilidade e terminou a quinta-feira em baixa. Novamente a Bolsa deixou em segundo plano os resultados positivos das empresas no segundo trimestre. Alguns papéis impediram que a queda fosse maior, mas não conseguiram evitar que o índice tivesse o pior fechamento do ano.

Já era esperado que a Bolsa fosse pressionada pela decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), que ontem subiu a taxa básica de juros (Selic) para 7,75% ao ano. O ajuste de 1,5 ponto percentual foi o maior em quase vinte anos e ainda tinha

gente que esperava que fosse maior. Mas o que pesou na decisão dos investidores hoje foram os riscos fiscais, que também contribuem com o aumento da inflação.

“A correção de 1,5 ponto percentual na taxa de juros foi por causa do possível furo no teto dos gastos. Até porque a inflação tem vindo de preços administrados, como energia elétrica e combustíveis”, explicou Juan Espinhel, especialista em investimentos da Ivest Consultoria.

A PEC dos Precatórios, que poderia ajustar o Orçamento e acomodar as despesas com o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família,

não foi para frente por falta de quórum. Em entrevista à CNN, o relator da proposta, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), disse acreditar que os parlamentares ainda podem se sensibilizar e votar a PEC na próxima quarta-feira.

Mas a notícia que repercutiu entre os investidores foi a de que, sem a PEC, o governo já estaria pensando em prorrogar o auxílio emergencial, cuja última parcela seria paga agora em outubro. A informação foi desmentida pelo ministro da Cidadania, João Roma, em entrevista ao Estadão. Mas os investidores não se convenceram.

Infomoney



Economia



Inflação do aluguel tem alta de 0,64% em outubro e vai a 21,73% em 12 meses

Página - 03

Governo reduz déficit para R\$ 82 bilhões no ano, mas rombo é quinto maior da história

Página - 03



China libera carne brasileira que estava em porto local, mas embargo segue

Página - 05

Tarken: marketplace de grãos recebe aporte de R\$ 19 milhões

Página - 05

Política

Atraso na PEC dos precatórios vai dificultar pagamento de Auxílio Brasil, diz ministro da Cidadania

Página - 04

Filiados do PSDB sob suspeita terão aval para voto em prévias definido caso a caso

Página - 04



No Mundo

Disputa entre Bolsonaro e Doria vai parar em Dubai e na COP26



Um dos embates mais acirrados da polarizada política brasileira, a disputa entre Jair Bolsonaro e João Doria ganhou ares internacionais nesta semana, com o governador tucano de São Paulo fustigando o presidente de Dubai a Glasgow.

Na Península Arábica, Doria foi bem-sucedido ao atacar a inusitada participação brasileira no evento. Ao custo de US\$ 25 milhões (cerca de R\$ 140 milhões nesta quinta, 28), o governo federal montou um pavilhão anticlimático no evento aberto este mês.

O grande cubo oco, no qual só há um espelho d'água e um pequeno edifício de

dois andares ocupado pontualmente, ganha alguma vida à noite, quando são projetadas em suas paredes de tela cenas da biodiversidade brasileira.

São Paulo investiu R\$ 10 milhões, 60% auferidos de patrocinadores, para ocupar o local com 12 horas de shows culturais diários por uma semana desde o domingo (24). São 150 artistas no país árabe.

Foi um sucesso no contexto de uma exposição que ainda luta para atrair visitantes na era da peste: 1,5 milhão de pessoas nos seus primeiros 24 dias, abaixo do necessário para chegar à meta de 25 milhões em seis meses de atrações – o evento foi adiado do ano passado

para cá devido à pandemia.

Enquanto a média de visitas diárias oscilou de 5.000 a 8.000 pessoas, a primeira jornada com shows paulistas de música, arte urbana, embaixadinhas e dança juntou 12 mil espectadores. O pico de visitantes, 20 mil, ocorreu antes do evento paulista, no dia 21.

Mas o resultado gerou ciúmes. A Apex, responsável pelo pavilhão, assumiu para si a paternidade dos eventos paulistas, publicando em seu site a “semana da cultura brasileira”, ainda que o local tenha sido transformado com um palco e o onipresente símbolo “São Paulo Expo Dubai”.

Igor Gielow/Folhapress

Clima deve dominar cúpula do G20 antes de conferência da ONU

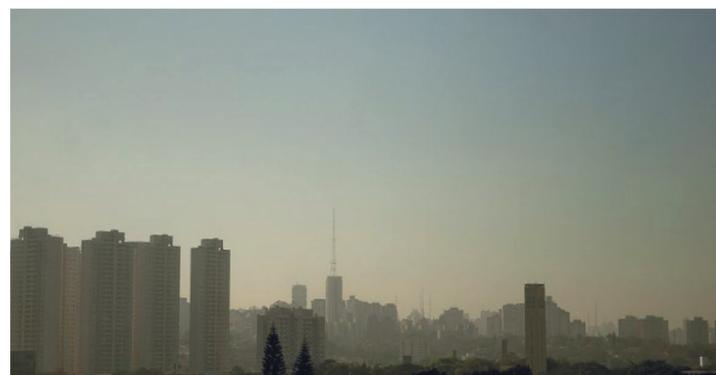
Se for para as conversas climáticas de novembro em Glasgow, na Escócia, terem sucesso, os primeiros sinais de progresso podem surgir neste final de semana, quando líderes das 20 maiores economias do mundo realizam sua primeira reunião presencial em dois anos.

Há obstáculos pelo caminho. O G20 está dividido em questões como a eliminação gradual do carvão e a limitação do aquecimento global a 1,5 grau Celsius, o que dá aos diplomatas pouco tempo para acertar um acordo antes do encontro sobre o clima, nos dias 30 e 31 de outubro.

Muitos dos líderes que irão a Roma, incluindo o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, voarão em seguida para a Escócia, para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2021 (COP26), que é considerada vital para se enfrentar a ameaça da elevação das temperaturas.

A COP26 envolve quase 200 países, mas o G20, que inclui Brasil, China, Índia, Alemanha e Estados Unidos, é a força dominante, respondendo por mais de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, 60% de sua população e cerca de 80% das emissões globais de gases de efeito estufa.

Reuters/ABR



Vale pode ser investigada nos EUA por Brumadinho



A Vale infomou nesta quinta (28) que recebeu notificação da SEC, órgão que fiscaliza o mercado de capitais nos Estados Unidos, sobre a possibilidade de abertura de investigação a respeito da tragédia de Brumadinho, que deixou 272 mortos em janeiro de 2019.

Segundo a mineradora, a investigação foi recomendada pela equipe da SEC, que alega violações da lei de títulos mobiliários americana sobre divulgações a respeito da gestão de segurança de barragens, em geral, e da barragem de Brumadinho, especificamente.

Em comunicado ao mercado, a Vale diz que a notifi-

cação “não é uma acusação formal ou alegação de má conduta”. “Ela dá à Vale oportunidade de prover seu ponto de vista e de abordar questões levantadas pela equipe da SEC”, afirma a companhia.

A tragédia ocorreu no dia 25 de janeiro de 2019, com o rompimento de uma barragem na mina Córrego do Feijão. Parte das vítimas estava no refeitório da unidade, que ficava logo abaixo da barragem, que a Vale sabia que corria risco de ser atingido rapidamente em caso de acidente.

O rompimento da barragem é alvo de processos da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), órgão equivalente à SEC no Brasil, que acusou em abril dois ex-exe-

cutivos da companhia por não observância de seus deveres fiduciários em relação a Brumadinho.

Em paralelo, a Justiça analisa denúncia contra ex-executivos, a Vale e a alemã Tüv Süd, responsável pela análise da segurança da barragem. Eles são acusados pelo Ministério Público de Minas Gerais por homicídio doloso duplamente e crimes ambientais.

Na denúncia, o Ministério Público afirma ter ocorrido acerto entre a Vale e a Tüv Süd para esconder do poder público, da sociedade e de acionistas a situação da segurança de barragens mantidas pela mineradora.

Nicola Pamplona/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Inflação do aluguel tem alta de 0,64% em outubro e vai a 21,73% em 12 meses



O IGP-M (Índice Geral de Preços Mercado) subiu 0,64% em outubro e chegou a 21,73% em 12 meses, informou nesta quinta-feira (28) a FGV (Fundação Getúlio Vargas).

A previsão de analistas ouvidos pela agência Bloomberg era de que a variação mensal ficasse em 0,22%.

Em setembro, a variação do índice, que é conhecido como a inflação dos aluguéis, ficou negativa pela primeira vez desde o início de 2020. A retração de 0,64% foi puxada pela queda do preço do minério de ferro.

Em outubro, a queda menos acentuada dos preços do minério de ferro, combinada com a alta do diesel, foram as

duas principais contribuições para que o índice voltasse a acelerar, segundo o coordenador de índice de preços do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV André Braz.

O resultado em outubro poderá ser aplicado aos contratos com aniversário em novembro. Se os proprietários dos imóveis decidirem aplicar o índice de maneira integral, um locatário que hoje pague R\$ 3.000 de aluguel passará a pagar R\$ 3.651 em dezembro.

A aplicação integral do índice, porém, não é obrigatória. Segundo pesquisa de locação do Secovi-SP (sindicato da habitação), os novos contratos fechados na capital em setembro tiveram valor médio 0,31% menor do que no mês anterior.

O IGP-M virou um indicador de aluguéis, mas a lei do inquilinato, que rege os contratos de locação não estabeleceu o índice de correção. A legislação apenas prevê a necessidade de as partes acertarem uma atualização anual para os contratos.

O uso dele é visto como uma herança da hiperinflação, quando era necessário proteger os bens das oscilações extremas de preços e da desvalorização da moeda. Há ainda uma questão prática, que é da data de divulgação. Mensalmente, a FGV divulga o IGP-M alguns dias antes do fim do mês.

Com a variação em mãos, os donos podem definir a correção dos aluguéis para o mês seguinte.

Fernanda Brigatti/Folhapress

Governo reduz déficit para R\$ 82 bilhões no ano, mas rombo é quinto maior da história

O governo central (que inclui Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central) registrou um déficit de R\$ 82,4 bilhões no acumulado de janeiro a setembro de 2021. O número representa uma melhora em relação ao rombo de três dígitos do mesmo período do ano passado, mas ainda assim é o quinto pior resultado para o período na série histórica (iniciada em 1997).

O resultado, divulgado pelo Tesouro Nacional nesta quinta-feira (28), mostra uma retração real de 88% do déficit de janeiro a setembro de 2021 frente a igual período de 2020 (quando houve um rombo de R\$ 677,4 bilhões). A despesa total caiu 25% na comparação (para R\$ 1,2 trilhão), enquanto a receita líquida subiu 26% (para R\$ 1,1 trilhão).

No ano passado, o país enfrentava o primeiro ano da pandemia e o governo execu-

tava medidas com impacto fiscal mais forte -como o auxílio emergencial maior e adiamentos de impostos mais amplos.

De acordo com o Tesouro, a melhora é impulsionada tanto pela redução expressiva em despesas ligadas à crise da Covid-19 como pela melhora na arrecadação federal.

Considerando só o mês de setembro, houve um leve superávit de R\$ 303 milhões. O resultado veio de maneira significativamente melhor que a mediana das expectativas de mercado coletadas pela pesquisa Prisma Fiscal, do Ministério da Economia, que indicava um déficit de R\$ 17,9 bilhões no mês.

Esse resultado foi limitado principalmente pelo déficit na Previdência, de R\$ 225,3 bilhões no mês. Já Tesouro Nacional e Banco Central ficaram no azul em R\$ 142,8 bilhões no mês.

Fábio Pupo/Folhapress



Alesp aprova fim dos empréstimos por telefone para aposentados



A Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) aprovou, na noite desta quarta-feira (27/10), projeto que proíbe bancos e financeiras de fazerem contratos de empréstimos com aposentados e pensionistas por telefone. O projeto, aprovado no plenário, precisa de sanção do governador João Doria (PSDB) para passar a valer em todo o Estado de São Paulo.

A proposta proíbe instituições financeiras e correspondentes bancários de celebrar, por meio de ligação telefônica feita pela empresa, contratos de empréstimo de qualquer natureza que não tenham sido expressamente solicitados pelos aposentados.

Vale, por exemplo, para crédito consignado, com desconto direto na aposentadoria, e empréstimo pessoal. Segundo o projeto, nesses casos não será aceita autorização dada por telefone, nem mesmo com a gravação de voz em que há aceitação do crédito.

O contrato deverá ser fechado após a assinatura do aposentado, que deverá apresentar um documento oficial que comprove sua identidade.

Atualmente, aposentados e pensionistas podem usar o site "Não Me Perturbe" para proibir que instituições financeiras e correspondentes bancários façam contato. O cadastro é válido para empresas de telefonia, internet e TV por assinatura e instituições financeiras (para operações

de empréstimo consignado e cartão de crédito consignado).

Os bancos e outras instituições financeiras poderão ter um canal telefônico gratuito para que aposentados e pensionistas contratem empréstimos. Ou seja, os aposentados poderão fazer empréstimos por telefone, desde que liguem para a empresa. Em caso de um crédito fechado em um canal não presencial, a empresa terá que enviar as condições do contrato por email, pelos Correios ou outro meio físico.

O projeto prevê multa de R\$ 5.818 (o correspondente a 200 Ufesp, Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), que poderá dobrar em caso de reincidência, até o limite de R\$ 58.810.

Luciana Lazarini/Folhapress

Política

Atraso na PEC dos precatórios vai dificultar pagamento de Auxílio Brasil, diz ministro da Cidadania



O ministro da Cidadania, João Roma, disse na manhã desta quinta-feira (28) que, para pagar os R\$ 400 do Auxílio Brasil em dezembro, é preciso que a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos precatórios seja aprovada no Congresso até a segunda semana de novembro.

“O nosso apelo é para que, até a segunda semana de novembro essa medida possa ser aprovada. Senão, terão dificuldades operacionais, inclusive, para fazer chegar recurso a essa população”, disse Roma a jornalistas, ao chegar no Palácio do Planalto.

A solução do governo para o pagamento do progra-

ma sucessor do Bolsa Família foi driblar o teto de gastos.

A mudança no cálculo da regra fiscal, para abrir espaço no Orçamento para o novo valor do benefício, foi incluída na PEC dos precatórios.

Se aprovada, a mudança libera R\$ 15 bilhões para o governo gastar ainda neste ano, para pagamento de vacina, auxílio para caminhoneiros e o Auxílio Brasil.

O ministro, que embarca na comitiva presidencial para a reunião do G20 na Itália nesta quinta-feira (28), disse que a medida não pode ser reduzida a uma discussão partidária, ideológica e eleitoral.

Questionado se há um plano B para o caso de o Congresso não cumprir o prazo,

Roma disse que o governo está trabalhando “de forma assertiva” para a aprovação da PEC.

“Tenho muita esperança e confiança de que o Congresso Nacional some esforços para atender esses brasileiros mais necessitados. Mas o governo federal está determinado a assistir os brasileiros mais necessitados”, disse.

A discussão sobre a proposta no plenário da Câmara foi adiada pela segunda vez, na quarta-feira (27), por falta de consenso.

A oposição quer derrubar a parte da PEC que cria um valor máximo para o pagamento dos precatórios - dívidas reconhecidas pela Justiça.

Marianna Holanda/Folhapress

Filiados do PSDB sob suspeita terão aval para voto em prévias definido caso a caso



O PSDB decidiu que a comissão responsável pelas prévias presidenciais do partido irá definir caso a caso a possibilidade de participação no pleito interno de 92 prefeitos e vice-prefeitos de São Paulo cujas datas de filiação estão sob suspeita.

A decisão por aclamação foi tomada em reunião da executiva nacional do partido no início da tarde desta quinta-feira (28). Enquanto a comissão não tomar essa decisão, que deve acontecer nas próximas semanas, todos eles estão suspensos de participar da votação.

A filiação dos prefeitos e vice-prefeitos se tornou o principal ponto de embate entre os apoiadores dos dois

Sindicalistas anunciam apoio a paralisação de caminhoneiros no dia 1º

As centrais sindicais se uniram para divulgar um manifesto nesta quinta-feira (28) dando apoio à paralisação que os caminhoneiros dizem que vão fazer a partir do dia 1º de novembro.

O texto, assinado por CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, CSP-Conlutas e outras entidades, afirma que a pauta dos motoristas tem repercussões do interesse de todos os trabalhadores.

“A inflação se expressa na alta dos preços da energia e dos combustíveis, que são de responsabilidade do governo federal e, mais uma vez, nada faz. O impacto sobre os preços promove a carestia, como no caso do botijão de gás, que custa em torno de R\$ 100.

A inflação anual já beira os 10%”, dizem as centrais.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, diz que as centrais se reuniram com representantes dos grupos de motoristas que aderiram à paralisação, e a ideia é colaborar na divulgação e participar de atos com os caminhoneiros.

“Não é só a questão do combustível. É a carestia que isso provoca nos itens de primeira necessidade. Não adianta fazer as reivindicações sem tocar na política de preços da Petrobras”, afirma Torres.

Segundo Ricardo Patah, presidente da UGT, o objetivo não é reproduzir o caos que aconteceu em 2018, mas os caminhoneiros precisam ser ouvidos.

Joana Cunha/Folhapress



principais concorrentes às prévias tucanas, o governador de São Paulo, João Doria, e o do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Na semana passada, diretórios do PSDB do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Ceará, alinhados a Leite, acusaram o diretório paulista, controlado por Doria, de fraudar as datas de filiações desses prefeitos e vices.

As regras das prévias determinam que só filiados até 31 de maio poderiam participar — o PSDB-SP diz que as filiações foram feitas antes do prazo, mas os aliados do governador gaúcho apontam que as fichas foram fraudadas com data retroativa.

A decisão de enviar os casos para análises individu-

ais às comissões de prévias havia sido anunciada nesta quarta (27) pelo presidente nacional do PSDB, Bruno Araújo. Faltava apenas submeter à executiva nacional.

Bruno Araújo não participou da votação desta quinta, comandada pelo vice-presidente nacional do partido, Domingos Sávio.

“A decisão da Executiva referenda resolução da Presidência Nacional do PSDB que determina ainda a competência da Comissão de Prévias para deliberar sobre qual data de filiação deve ser considerada em cada caso para efeitos de formação do colégio eleitoral”, informou o PSDB, por meio de nota.

José Marques/Folhapress



China libera carne brasileira que estava em porto local, mas embargo segue



Autoridades do porto de Xangai, na China, liberaram nesta terça-feira (26) um lote de carne bovina brasileira que estava armazenado no local desde o dia 15 de outubro, informou Conrado Beckerman, importador ligado à consultoria Agrifatto, em depoimento ao podcast da empresa.

Segundo ele, o lote era originário de um frigorífico de Tocantins, e havia sido certificado no dia 26 de agosto no Brasil, dias antes do embargo da China à carne brasileira, que aconteceu no dia 4 de setembro. O lote foi embarcado para a Ásia no dia 10 de setembro. A liberação desse lote não significa que o embargo chinês para a carne brasileira tenha terminado.

Ele continua valendo. A exportação de carne do Brasil para a China está suspensa desde o início de setembro.

Desde o embargo, a liberação dos lotes de carne bovina nos portos chineses estava totalmente paralisada. Segundo o importador, esse pode ser um sinal de que outros lotes que estão armazenados em portos chineses possam ser liberados nos próximos dias.

“É uma especulação ainda, pode ser um sinal verde no porto de Xangai”, disse. “É de um frigorífico em que intermediamos a importação, não sabemos a situação de outros frigoríficos”.

Segundo a Agrifatto, três frigoríficos brasileiros já receberam notificações das autoridades chinesas para en-

viar documentações relacionadas aos lotes que estão parados no porto de Xangai, em torno de 300 mil toneladas.

De acordo com a empresa, essas solicitações são referentes a lotes de carnes que foram certificados para a exportação no Brasil antes do embargo e embarcados em navios para a China após o dia 4 de setembro.

Conrado Beckerman, no podcast, ainda comentou que essas solicitações estão ocorrendo apenas em Xangai e não nos demais portos, como em Tianjin ou Ningbo, os principais para o recebimento de carne. “Até agora, foi o único porto autorizado a liberar os lotes que estavam armazenados”.

Biznews

Agro paulista cresce 13,1% nos primeiros nove meses do ano

O agronegócio paulista cresceu 13,1% de janeiro a setembro de 2021 em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo informações do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, o agro estadual apresentou aumento de 12,4% nas exportações, alcançando US\$ 14,36 bilhões, e crescimento de 9,9% nas importações, totalizando US\$ 3,34 bilhões.

Segundo José Alberto Angelo, Marli Dias Mascarenhas Oliveira e Carlos Nabil Ghobril, pesquisadores do IEA, as exportações paulistas nos demais setores da economia - exclusive o agronegócio - somaram US\$ 25,07 bilhões, e as importações, US\$46,83 bilhões, gerando um déficit externo desse agregado de US\$ 21,76 bilhões.

Dessa forma, eles concluem que o déficit do comércio exterior paulista só não foi maior devido ao desempenho do agronegócio estadual.

As análises desses primeiros nove meses de 2021 mostram que em comparação com o mesmo período de 2020, houve importantes variações nos valores exportados dos cinco principais grupos de produtos da pauta paulista mais o café, com aumentos para os grupos dos sucos (22,4%), das carnes (21,4%), do complexo soja (15,4%), do café (12,3%), do complexo sucroalcooleiro (9,3%) e dos produtos florestais (3,8%). Os pesquisadores do Instituto, ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP, explicam que essas variações nas receitas do comércio exterior são derivadas da composição das oscilações de preços e de volumes exportados. Notícias Agrícolas



Tarken: marketplace de grãos recebe aporte de R\$ 19 milhões



Um mercado gigantesco e uma dupla de fundadores respaldada: para a startup Tarken, especializada no agronegócio, essa foi a receita de sucesso que garantiu um aporte de 19 milhões de reais cinco meses após sua fundação.

A empresa, que nasceu com a proposta de ser um marketplace para compra e venda de grãos, teve como líderes de sua rodada seed os fundos Monashees e Maya Capital. Além deles, participaram também o fundo Gilgamesh e os investidores-anjo Carlos Garcia, fundador da Kavak; Pierpaolo Barbieri, fundador da Ualá; Brian Requarth, do Grupo Zap Viva-Real; e Gokul Rajaram, executivo da DoorDash.

A Tarken é um projeto de

Luiz Tângari e Carlos Neto, cofundadores da plataforma de manejo de pragas Strider, comprada em 2018 pela Syngenta — a transação, que não teve valores divulgados na época, é considerada uma das maiores do setor de agtechs da América Latina.

“Começamos nosso relacionamento com o Luiz e o Carlos através de nosso investimento na Strider há vários anos e agora estamos muito felizes de poder dar continuidade na parceria. O mercado de commodities agrícolas é gigante e pouco foi impactado pela inovação nos últimos anos. Acreditamos fortemente na capacidade de usar tecnologia e dados para agregar oferta e demanda, melhorar exponencialmente a experiência e construir um grande

marketplace na região”, diz Marcelo Lima, sócio da Monashees, em nota.

O foco da plataforma da startup, no curto prazo, é o milho. Segundo expectativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra de 2021/2022 deve produzir 116 milhões de toneladas de milho (alta de 28%) nas lavouras brasileiras. Desse total, pelo menos 73 milhões serão para suprir a demanda interna.

O objetivo da Tarken é conectar os produtores aos compradores de milho do mercado interno, os ajudando a arbitrar os preços e a achar parceiros logísticos — hoje, já são mais de 1.000 produtores cadastrados e a expectativa é chegar ao final do ano com 10.000 na base. Exame

Publicidade Legal

Agro Improvement Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.449.755/0001-04

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado básico e diluído por ação)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido									
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Integra-lizar	Capital social	Ajuste de Transações	relacio-nadas em ações	Paga-mentos baseados em ações	Participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
	2020	2019	2020	2019									
Circulante	42	273	151.226	107.203									
Caixa e equivalentes de caixa	23	256	86.963	45.373									
Contas a receber de clientes	-	-	32.540	35.408									
Estoque	-	-	2.276	4.640									
Tributos a recuperar	18	16	14.204	7.288									
Adiantamentos a terceiros	-	-	4.759	2.667									
Partes relacionadas	-	-	-	-									
Despesas antecipadas	-	-	5.956	7.968									
Outros ativos	1	1	4.528	3.859									
Não Circulante	92.960	116.137	459.617	401.113									
Tributos a recuperar	-	-	355	548									
Aplicações financeiras	-	-	-	-									
Partes relacionadas	-	-	-	-									
Depósitos judiciais	-	-	2.823	1.844									
Imposto de renda e CSLL diferidos	-	-	18.363	14.104									
Adiantamentos a terceiros	-	-	-	-									
Investimentos	92.960	116.137	-	-									
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-									
Propriedades para investimento	-	-	36.925	35.028									
Imobilizado	-	-	98.474	90.732									
Imobilizado - direito de uso	-	-	145.496	139.462									
Intangível	-	-	157.181	119.395									
Total do Ativo	93.002	116.410	610.843	508.316									
Passivo e Patrimônio Líquido	93.002	116.410	610.843	508.316									
Circulante	11.890	2.914	179.202	164.927									
Fornecedores	-	-	33.850	42.689									
Partes relacionadas	2.659	2.011	1.238	2.000									
Empréstimos e financiamentos	-	-	63.408	52.606									
Empréstimos e financiamentos - arrendamento mercantil	-	-	40.014	20.016									
Debêntures	-	-	11.519	25.699									
Impostos e contribuições sociais a recolher	-	-	6.329	9.688									
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	14.855	10.857									
Impostos parcelados	-	-	4.599	472									
Outras contas a pagar	1.057	900	3.390	900									
Provisão para passivo a descoberto em controladas	8.174	-	-	-									
Não Circulante	3.210	2.873	354.010	232.607									
Empréstimos e financiamentos	-	-	52.389	41.998									
Empréstimos e financiamentos - arrendamento mercantil	-	-	141.823	132.278									
Debêntures	-	-	117.204	37.640									
Partes relacionadas	-	-	1.089	2.789									
Imposto de renda e CSLL diferidos	-	-	-	-									
Provisão para riscos	3.210	2.873	17.491	16.684									
Outras contas a pagar	-	-	10.724	-									
Impostos parcelados	-	-	13.290	1.218									
Patrimônio Líquido	77.902	110.623	77.902	110.623									
Capital social	147.224	147.224	147.224	147.224									
Transações com partes relacionadas	(3.758)	(3.758)	(3.758)	(3.758)									
Pagamentos baseados em ações	927	927	927	927									
Ajustes de avaliação patrimonial	6.381	6.381	6.381	6.381									
Prejuízos acumulados	(72.872)	(40.151)	(72.872)	(40.151)									
Participações dos acionistas não-controladores	-	-	(271)	159									
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	93.002	116.410	610.843	508.316									

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 5,6118 / R\$ 5,6124 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,6240 / R\$ 5,6260 *
Turismo - R\$ 5,6400 / R\$ 5,7870

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: 1,25%

OURO BM&F
R\$ 321,860

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: -0,62%
Pontos: 105.704
Volume financeiro: R\$ 29,663 bilhões
Maiores altas: Ambev ON (9,72%), BRF ON (6,56%), Klabin UNT (1,37%)

Maiores baixas: Americanas ON (-8,60%), Lojas Americanas PN (-7,41%), PetroRio ON (-7,26%)
S&P 500 (Nova York): 0,98%
Dow Jones (Nova York): 0,68%

Nasdaq (Nova York): 1,39%
CAC 40 (Paris): 0,75%
Dax 30 (Frankfurt): -0,06%
Financial 100 (Londres): -0,05%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,96%

Hang Seng (Hong Kong): -0,28%
Shanghai Composite (Xangai): -1,23%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,69%
Merval (Buenos Aires): -0,80%
IPC (México): -0,90%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE
Agosto 2021: 0,87%
Setembro 2021: 1,16%

Evenrock II Garantidora Ltda. - CNPJ/ME nº 40.651.516/0001-10 - NIRE 35.236.799.494

Alteração de Contrato Social, datado de 15 de setembro de 2021

Alteração de Contrato Social para Transformação da Evenrock II Garantidora Ltda., em Sociedade por Ações de Capital Fechado sob a denominação BRZ Brasia II(E) Investimentos Imobiliários S.A., datada em 15 de outubro de 2021. Pelo presente instrumento particular Evenrock II RE Fund LP, única sócia da sociedade empresária de responsabilidade limitada, acima qualificada, justo e contratado alterar o seu contrato social, nos seguintes termos e condições: (a) O ingresso do Sr. Nessim Daniel Sarfati à Companhia na qualidade de Sócio; (b) 1. Conversão do valor das quotas; (c) 2. Cessão e transferência de quotas; (d) 3. Aprovar, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, a transformação do tipo societário da Sociedade de Empresa de Responsabilidade Limitada para Sociedade por Ações de Capital Fechado; 3.1. A nova denominação da Sociedade será BRZ Brasia II (E) Investimentos Imobiliários S.A.; (e) 4. Eleição dos membros da Diretoria; (f) 5. Remuneração da Administração; (g) Jornais de grande circulação para publicações legais; (h) Aprovar o Estatuto Social que passará a reger a sociedade. Nada mais, arquivado na JUCESP sob o nº 507.902/21-0 e NIRE 35.300.579.097 em 20/10/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

B.C.P. II Participações S.A. - CNPJ/ME nº 33.684.235/0001-07 - NIRE 35.300.546.628

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Acionistas da Companhia a se reunirem em AGE, por meio digital, em 12/11/2021 às 18h00, com a presença de mais da metade do capital social com direito a voto, considerada como realizada na sede da Companhia, para deliberar sobre: **exame, discussão e aprovação de solução para fatos relevantes e urgentes relacionados a demandas judiciais trabalhistas de empresa terceira, que poderão afetar suas finanças e governança. Disposições Gerais:** As orientações para participação serão enviadas por via postal e e-mail. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas através do e-mail bcp2adm@gmail.com. **Iram Alves dos Santos, Davi Chermann, Danilo Grinberg** - Diretores. (29, 30/10 e 04/11/2021)

Vendr Servicos em Tecnologia Ltda.

CNPJ/ME nº 32.923.006/0001-27 - NIRE 35.235.463.026

Resolução da Sócia Única

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a parte abaixo: **A03 Tecnologia Ltda. (atual denominação da Sage Brasil Software Ltda., anteriormente denominada Sage Brasil Software S.A.)**, transformada de sociedade anônima em sociedade empresária limitada, com sede em Campinas-SP, na Avenida Selma Parada, 201, conjunto 321, sala 27, bloco 03, CNPJ/ME nº 64.555.626/0001-47 e NIRE 35.222.722.109, representada por Sr. **José Carlos do Nascimento**, RG nº 20.990.362-4 (SP/SSP), CPF/ME nº 143.060.868-44; e Sra. **Maria Antonia Melo Costa**, RNE nº G327518-0, CPF/ME nº 239.216.008-20, sócia única da Vendr Servicos em Tecnologia Ltda., com sede em São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1739, Box 37 ("Sociedade"), Resolve, nos termos do seu Contrato Social: (i) **Aprovar** a redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo à Sociedade, para R\$ 4.465,00, um redução de R\$ 100.535,00, mediante a extinção de 100.535 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, com a restituição das quantias correspondentes; (ii) **Consignar** que a redução de capital só será efetivada após decorrido o prazo legal de 90 dias para a manifestação dos credores, contado das publicações exigidas por lei; e (iii) **Autorizar** os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências, a praticarem todos os atos e a celebrarem, individualmente, todos os documentos necessários à formalização e efetivação das resoluções acima. **E, por estar assim justa e contratada**, a sócia única assina o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma. São Paulo, 27/10/2021. p.p. **A03 Tecnologia Ltda.** José Carlos do Nascimento/Maria Antonia Melo Costa.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6578	Peso (Chile) - 0,006971
Dólar (EUA) - 5,6124	Peso (México) - 0,2761
Franco (Suíça) - 6,1526	Peso (Uruguai) - 0,1285
Iene (Japão) - 0,04951	Yuan (China) - 0,8781
Libra (Inglaterra) - 7,7485	Rublo (Rússia) - 0,07993
Peso (Argentina) - 0,0563	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,5592

Após Copom, curva de juros mantém precificação de mais 175 pontos-base em dezembro



A curva de juro a termo manteve a precificação de alta de 175 pontos-base da Selic em dezembro, para 9,50%, após o Comitê de Política Monetária (Copom) elevar a Selic na quarta-feira, 27, em 150 pontos-base (p.b) para 7,75%, e não em 175 p.b, como a curva apontava. Os cálculos são do economista-chefe da Greenbay Investimentos, Flávio Serrano.

O Copom, no entanto, em seu comunicado, sinalizou outra alta de 150 p.b em dezembro.

Outro aumento de 175 p.b está precificado para a reunião

de para fevereiro, com Selic encerrando 2022 em 13%.

Serrano, por sua vez, espera uma alta de 150 p.b na próxima reunião, para 9,25%, e Selic terminando em 11% no ano que vem, com chance de afrouxamento monetário no segundo semestre, por conta de "inflação de 2022 indo para abaixo da meta, baixo crescimento, hiato aberto e desemprego elevado", sendo que o economista não descartou o risco de recessão em 2022. "Também há chance de o PIB ser negativo já no primeiro trimestre de 2022", diz.

IsotóDinheiro

ABA Infra-Estrutura e Logística S/A
CNPJ/MF nº 55.395.883/0001-78 – NIRE 35.300.513.550**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de agosto de 2021**

1) Realização e Local: 27/08/2021, às 9h00, na sede social, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, Conjunto 82, Sala 01, São Paulo-SP. **2) Convocação:** Dispensada, face à presença de 100% dos acionistas. **3) Presenças:** Representantes da totalidade do Capital Social. **4) Mesa:** Presidente: Luis Antonio Floriano; Secretário: Joacks de Paula Lemos. **5) Ordem do Dia:** (i) Deliberar sobre a compra dos seguintes imóveis: 1. Unidade autônoma sob nº 2 501, no 5º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 2 85.336, 1.2. Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.241; 2. Unidade autônoma nº 2 502, no 5º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 2 85.337, 1.2. Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.242; (ii) Deliberar sobre a compra dos seguintes imóveis: 1. Unidade autônoma nº 601, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.357, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.262; 2. Unidade autônoma nº 602, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.358, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.263; 3. Unidade autônoma nº 603, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.359, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.264; 4. Unidade autônoma nº 604, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.360, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.265; 5. Unidade autônoma nº 605, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.361, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.266; 6. Unidade autônoma nº 606, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.362, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.267; 7. Unidade autônoma nº 607, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.363, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.268; 8. Unidade autônoma nº 608, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.364, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.269; 9. Unidade autônoma nº 609, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.365, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.270; 10. Unidade autônoma nº 610, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.366, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.271; 11. Unidade autônoma nº 611, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.367, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.272; 12. Unidade autônoma nº 612, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.368, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.273; 13. Unidade autônoma nº 613, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.369, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.274; 14. Unidade autônoma nº 614, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.370, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.275; 15. Unidade autônoma nº 615, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.371, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.276; 16. Unidade autônoma nº 616, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.372, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.277; 17. Unidade autônoma nº 617, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.373, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.278; 18. Unidade autônoma nº 618, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.374, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.279; 19. Unidade autônoma nº 619, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.375, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.280; 20. Unidade autônoma nº 620, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.376, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.281; 21. Unidade autônoma nº 621, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.377, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.282; 22. Unidade autônoma nº 622, no 6º pavimento do Subcondomínio Comercial, com entrada pelos nºs 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23 e 25 da Rua Alexandre Gusmão, do empreendimento Condomínio Valongo Brasil, matrícula nº 85.378, 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos, Cadastrado na Prefeitura Municipal de Santos sob nº 24.005.027.283. (iii) Autorizar a contratação de financiamento, com alienação fiduciária dos imóveis relacionados nos itens "i" e "ii". **6) Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** A compra dos 24 imóveis, e a assinatura dos Instrumentos Particular de Venda e Compra de Bens Imóveis, bem como, a contratação de Financiamento, a ser firmado pela Companhia com a Caixa Econômica Federal. Os acionistas autorizam os Diretores a cumprirem tudo o que necessário for à efetivação desta operação. **7) Encerramento:** Esta ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Assinaturas: **Acionistas:** Carlos César Floriano e Luis Antonio Floriano. **Luis Antonio Floriano,** Presidente; **Joacks de Paula Lemos,** Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 506.493/21-0 em 18/10/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Ações que pagam dividendos acima da Selic, agora em 7,75% ao ano



O Banco Central elevou novamente, na última quarta-feira (28), a taxa básica de juros para 7,75% ao ano, no sexto aumento consecutivo – o primeiro de 1,5 ponto percentual –, levando a Selic para o maior patamar desde 2017.

Com juros mais altos, forte pressão inflacionária e maior risco fiscal pressionando os ativos de risco, investidores têm adotado maior cautela nos portfólios, buscando empresas mais defensivas e resilientes, com maior fluxo de caixa, como é o caso de boas pagadoras de dividendos.

Neste cenário, rendimentos de proventos acima da

taxa de juros em algumas empresas são vistos como uma boa oportunidade, uma vez que, além da possibilidade de ganho de capital, o investidor conta também com uma rentabilidade adicional na forma de dividendos.

A XP fez um levantamento com 15 ações da cobertura que podem pagar um dividend yield (rendimento com os dividendos) acima de 7,75% ao ano.

Desta lista, que inclui geradoras de energia, bancos, construtoras e empresas de commodities, 11 papéis devem pagar um dividend yield acima de 8,75%, que é a projeção do relatório Focus, do

BC, para a taxa de juros no fim do ano.

Vale lembrar que as companhias têm a obrigatoriedade, por lei, de remanejar pelo menos 25% de seus proventos para os acionistas.

Mesmo com as quedas dos preços de minério de ferro no segundo semestre, a XP ainda vê a CSN Mineração como uma boa pagadora de dividendos.

“Apesar da commodity abaixo dos níveis recordes do início do ano, vemos a companhia como uma forte geradora de caixa”, escrevem os estrategistas da XP Jennie Li e Fernando Ferreira, que assinam o relatório.

Infomoney

Negociações de títulos públicos são suspensas pela 2ª vez no Tesouro Direto nesta 5ª



As negociações de títulos públicos via Tesouro Direto voltaram a ser suspensas, por volta das 15h57, da tarde desta quinta-feira (28). A parada ocorre por causa da forte volatilidade nos preços e taxas dos papéis. Com isso, investidores só podem comprar e vender papéis como o Tesouro Selic.

O estresse é reflexo de indefinições em torno da PEC dos precatórios e de falas desencontradas sobre a extensão do auxílio emergencial.

Antes da interrupção, o mercado de títulos públicos negociados no Tesouro Direto operava com altas nas taxas. O destaque estava nos papéis prefixados de curto prazo – que ofereciam valores acima

das opções prefixadas de vencimento mais alongado.

Às 15h20, o juro pago pelo Tesouro Prefixado com vencimento em 2024, por exemplo, era de 12,34%, acima dos 11,96% ao ano vistos no começo da manhã. Um dia antes, o retorno do papel era de 11,82%. Esse é o maior valor já pago por esse título que começou a ser negociado em fevereiro deste ano.

Enquanto isso, o retorno do papel com vencimento em 2031 e pagamento de juros semestrais se mantinha em 12,05% ao ano, acima dos 11,84% vistos na sessão anterior. Na prática, isso representa uma diferença de 29 pontos-base entre a remuneração oferecida pelo título com vencimento em 2024 e

o papel com prazo até 2031.

Da mesma forma, o retorno real oferecido pelo título atrelado à inflação com vencimento em 2026 avançava de 5,49%, no começo da manhã, para 5,51%, na atualização das 15h20. Anteriormente, o papel pagava um juro real de 5,37%. O percentual também é recorde para esse papel que passou a ser negociado em fevereiro de 2020.

Já o juro real do Tesouro IPCA+ com vencimentos em 2055 e pagamento de juros semestrais era de 5,51%, na atualização da tarde, contra 5,56% ao ano no início da manhã. Um dia antes, a remuneração real oferecida era de 5,48%. O valor é o mesmo pago pelo papel com vencimento em 2026.

Infomoney

Negócios

Para não ficar de “fora da festa”, BV investe em 11 fundos de venture capital



Em julho deste ano, quando o PicPay anunciou a compra do GuiaBolso, fintech especializada em open banking, o BV se viu diante de um problema: achar um novo parceiro para essa área de open finance. Mas Guilherme Horn, diretor de Inovação e Estratégia Digital do BV, tinha uma carta na manga e resolveu sacá-la.

O executivo comunicou para todo o ecossistema ao qual o banco está conectado a sua demanda. Daí veio a indicação do fundo de venture capital Maya Capital para que os executivos do BV conhecessem a startup colombiana Belvo, uma de suas investidas.

“A gente sabia que ela existia, mas não tínhamos

muitos detalhes. Estamos marcando uma conversa com o CEO para os próximos dias”, diz Horn ao NeoFeed. Falar com o mercado, estar antenado aos hubs de inovação, não é uma novidade. O BV, entretanto, se diferencia de outros players devido a sua estratégia.

Dos seus R\$ 300 milhões destinados ao seu fundo de corporate venture capital, 30% são alocados em 11 fundos de venture capital – algo totalmente incomum no mercado brasileiro. Ou seja, além dos investimentos diretos em startups como Neon, Weel, Olivia, Trademaster, Portal Solar, entre outras, o BV conta com investimento indireto em muitas dezenas de outras companhias.

É também um modo de ter acesso ao conhecimento deles, a estratégia de investimento adotada e, claro, estar próximo das startups que têm mais chance de “acontecer”. O modelo, adotado em meio a pandemia e até então pouco comentado pela instituição financeira, detalhado por Horn.

Os 11 fundos de venture capital que receberam cheques do BV são Alexia Ventures, Monashees, Redpoint eventures, Iporanga Ventures, Atlântico, Astella, BR Startups, Maya Capital, Mindset Ventures, o israelense Maverick e o Endeavor Catalyst. São alguns dos principais nomes do cenário de inovação no País e no exterior.

NeoFeed

Com queda no delivery, negócios que só fazem entregas sentem o baque

Depois de um grande crescimento das entregas em domicílio na pandemia, o delivery vem registrando uma queda gradativa nos pedidos, que chega a 50% em alguns casos.

Segundo Helena Andrade, gestora de projetos do Sebrae-SP, o fenômeno pode ser classificado como uma acomodação do mercado.

“Durante a pandemia, observamos um boom. É natural que, com a retomada do atendimento presencial, as pessoas voltem a sair de casa, fazendo com que o delivery retorne gradativamente ao patamar anterior. Por isso, empresas focadas 100% em entregas já estão sentindo o baque.”

É o caso da padeira Patcha Pietrobelli, 37, fundadora da Pão da Patcha. Agosto,

segundo ela, foi o mês mais fraco de vendas em 2021. A redução foi de 20%. “Meus clientes assíduos voltaram a trabalhar e já não estão disponíveis para receber as entregas”, explica.

A queda do poder aquisitivo da clientela e a alta do preço dos ingredientes e combustíveis também não estão ajudando. Em outubro, a empreendedora teve de reajustar em 15% o valor do frete e os preços dos pães, que passaram a custar entre R\$ 20 e R\$ 31.

Diante do novo cenário, a empreendedora começou a repensar o modelo do negócio. Entre outras iniciativas, ela pretende buscar novos consumidores, como empresas de eventos, para escoar as duas forquadas semanais, que somam entre 60 e 100 pães.

Flávia G. Pinho/Folhapress



Empiricus esquentando embate com TC



Num relatório a clientes, a Empiricus centrou fogo hoje no TC (antigo Traders Club), enquanto a companhia em questão se reunia com acionistas e analistas em seu primeiro Investor Day. Empiricus e TC, como se sabe, são competidoras na atração de consumidores de conteúdo financeiro, tendo como principal negócio a assinatura desses investidores.

A Empiricus fez esforços de divulgação pela manhã do novo relatório de análise em que lista 10 razões para shortear a ação do TC, o que ajudou a derrubar a ação em mais de 11% durante o dia, num pregão já negativo para o Ibovespa — ao final, as perdas ficaram em 10,17% em TRAD3.

A Empiricus questiona se os sócios do TC podem fazer análise, em desacordo com diretrizes da CVM e da Apimec — curiosamente, um embate que a própria Empiricus enfrentou anos antes e que lhe rendia críticas ferrenhas do mercado, até uma mudança de postura. Também questiona o IPO do TC e como ele foi colocado de pé — uma operação liderada pelo banco BTG Pactual, dono da Empiricus.

Nuances de lado, o ponto principal para mexer com o papel foram as projeções financeiras. Nas contas da Empiricus, uma projeção realista levaria a receita do TC para R\$ 600 milhões em 2025, e não para R\$ 1 bilhão como sugere o preço de tela, que significaria multiplicar por

25 o faturamento em quatro anos. “Não é impossível, mas é muito, muito improvável. Olhemos para a matriz de probabilidades: a XP demorou 15 anos desde a sua fundação para atingir uma receita líquida de R\$ 1 bilhão.”

A casa compara que, nessa projeção de receita, o múltiplo atual do TC para enterprise value/receita é de 12x, enquanto da XP e da edtech Vasta é de 2x. Apesar de comparar com edtechs, a Empiricus não considera que essa é a melhor definição para o TC e avalia que o avanço prometido pela administração em B2B (como a aquisição recente da Economatica) ainda tem que se provar — ficando como opcionalidade e não cravado no preço da ação.

Pipeline Valor